

# sobre tudo

## DESAFIOS EDUCACIONAIS DE UMA REDE PÚBLICA MUNICIPAL NO PARÁ: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL A PARTIR DE DADOS PÚBLICOS EM MARAJÓ-AÇU<sup>6</sup>

José Júlio César do Nascimento Araújo/IFAC

Mamadú Cissé/UFMG

Poliana da Silva David/UFRRJ

**Resumo:** Este artigo tem seu foco na análise de dados primários de bases públicas sobre demografia, saúde, economia, expectativa de vida, infraestrutura, formação docente, indicadores educacionais e de equidade com vista a construir uma discussão interpretativa dos desafios educacionais no município de Marajó-Açu. Para isso, utilizamos uma abordagem de rede e ciclo de políticas públicas para construir o diagnóstico da educação na rede do município estudado, Marajó-Açu. Os resultados apontam desafios estruturais na gestão, investimento, infraestrutura e na avaliação, elementos que geram impactos nefastos

---

<sup>6</sup> Por questões éticas e para evitar conflito de interesses, omitimos o nome do município que no artigo será referido como Marajó – Açu, nome de um rio no Pará.

na missão de uma educação pública que pretende ser propulsora da equidade e da redução da desigualdade. A principal contribuição se assenta no diagnóstico interdisciplinar dos desafios educacionais e no olhar voltado para um cenário de redes, dados que os desafios e potencialidades são também oportunidades de aprendizado para o avanço de políticas educacionais baseadas em evidências.

**Palavras-chave:** Análise Diagnóstica. Desafios Educacionais. Equidade. Rede Pública da Educação. Políticas Públicas.

### **EDUCATIONAL CHALLENGES IN PARÁ'S COUITY PUBLIC SCHOOLS: AN INTERSECTIONAL ANALYSIS OF PUBLIC DATA FROM MARAJÓ-AÇU**

**Abstract:** This article focuses on the analysis of primary data from public databases on demography, health, economy, life expectancy, infrastructure, teacher training, educational and equity indicators with a view to building an interpretative discussion of educational challenges in the municipality of Marajó-Açu. For this, we used a network approach and public policy cycle to build the diagnosis of education in the network of the studied municipality, Marajó-Açu. The results point to structural challenges in management, investment, infrastructure and evaluation. These elements generate harmful impacts on the mission of public education that aims to promote equity and reduce inequality. The main contribution is based on the interdisciplinary diagnosis of educational challenges and on looking at a network scenario, given that challenging situations and potentialities are also learning opportunities for the advancement of evidence-based educational policies.

**Keywords:** Diagnostic analysis. Educational challenges. Equity. Public System Education. Public Policies.

## Introdução

Hoje, a noção difundida – pelo menos do ponto de vista de sua concepção formal e constitucional – que se tem da educação é de um direito básico dos cidadãos, cujo acesso deve ser universalizado; democraticamente garantido pelo Estado desde sua esfera federal até municipal, passando pelo estadual, de forma descentralizada e equitativa ao longo das diferentes regiões do país. Entretanto, o cenário atual da educação pública no Brasil é resultado de um desenvolvimento marcado por acesso desigual, tentativas de massificação, avanços e retrocessos na busca por uma universalização que vá além da elitização e consiga proporcionar desenvolvimento integral e garantir participação efetiva dos integrantes da sociedade. Ainda que sejam tímidos e passíveis de crítica, é relevante pontuar o caráter embrionário destes avanços, muitos deles introduzidos apenas a partir da Constituição Cidadã de 1988, a qual concebe a educação como um “direito de todos e dever do Estado e da família” (BRASIL, 1988).

A ponderação de diferentes indicadores nos permitiu delimitar nossa análise para os indicadores de equidade, fazendo uma intersecção entre raça, classe, território e deficiência. Para isso, as bases de dados consultadas foram: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Atlas Brasil, Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS), QEdU e o QEdU Analítico, Trajetória do Sucesso Escolar, Primeira Infância Primeiro, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais-Anísio Teixeira (INEP), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Observatório do Plano Nacional da Educação (OPNE), painéis do Centro Lemann, além do uso da literatura especializada que discute a interseccionalidade no contexto educacional.

O conceito da interseccionalidade foi sistematizado por autoras do feminismo negro ao debaterem como a vida de mulheres negras

pobres se diferem da vida de mulheres brancas de classe média. Ou seja, o intuito foi abordar a transversalidade de categorias sociais como raça, gênero, nível socioeconômico, sexualidade, entre outros. Este conceito tem contribuído amplamente em estudos sociais e de políticas públicas (GESSER; BLOCK; MELLO, 2020).

É válido salientar que o presente artigo é resultante de uma parte do diagnóstico dos desafios da rede municipal da educação em causa, ele foi realizado no contexto das atividades de pesquisadores do Centro Lemann de Liderança para Equidade na Educação. Apesar dos dados consultados serem produzidos por entidades externas ao município, as várias etapas da elaboração do diagnóstico tiveram participação ativa dos técnicos educacionais da secretaria e do Centro Lemann. Nesse texto, visamos apresentar um breve levantamento, com foco nas dimensões da equidade educacional, da Rede Municipal de Educação do município de Marajó-Açu, localizado no estado do Pará.

Para o efeito, além da presente nota introdutória, a seção dois do desenvolvimento deste artigo avança na contextualização de aspectos gerais do município trazidos na introdução para descrever o cenário geográfico, demográfico, socioeconômico e cultural. É com base neste contexto que, na parte três, fizemos o recorte de alguns indicadores educacionais com intuito de revelar o que dizem os dados sobre equidade; adicionalmente, debruçamos com mais detalhes sobre nossas escolhas metodológicas. Em sequência, a quarta parte do texto discute indicadores educacionais e evidências apontadas pelos dados analisados, enfatizando a importância do olhar interseccional, multissetorial e estrutural perante os desafios educacionais locais. Na seção cinco, que fecha o artigo, elaboramos algumas proposições e reflexões acerca dos aprimoramentos que podem ser considerados pela rede municipal; por fim, apontamos os desafios e potencialidades de atuação em rede baseada em evidências e pesquisas para avançar no aprimoramento de políticas públicas educacionais.

## 1. Demografia e geografia do município: uma contextualização da história e dos aspectos socioeconômicos

Apresentaremos a seguir o contexto educacional do município Marajó-Açu, situado no estado do Pará. A situação do município pode nos revelar desafios educacionais circunscritos na conjuntura de um município localizado na região Norte do Brasil, com maior parte de sua população vivendo na área rural, além de ser constituído, em sua maioria, por cidadãos autodeclarados negros.

Segundo o Grupo Executivo do Estado do Pará (2007), o município está situado em um arquipélago abundante em recursos naturais, mais especificamente, hídricos e biológicos. Com uma área de pouco menos que 4.000 km<sup>2</sup>, o arquipélago é conhecido por ser a maior ilha flúviomarítima do mundo. Ainda conforme o documento elaborado pelo Grupo, a vegetação do arquipélago subdivide-se em quatro tipos: a várzea, o igapó, a terra firme e os campos naturais. A população que ali reside enfrenta períodos de alagamento em determinadas épocas do ano.

Em alguns manguezais deste conjunto de ilhas, há uma grande variedade de espécies interessantes para o comércio, como crustáceos e espécies de siri, sendo que camarão e caranguejo são os mais destacados. A presença de caramujos e mexilhões entre os moluscos e uma grande variedade de espécies de peixes na região evidencia a riqueza do arquipélago em recursos naturais.

A região tem sua atividade comercial ligada à pecuária e ao extrativismo desde o período colonial. Ainda no Brasil Colônia fora integrada ao comércio mundial como frente de exploração mercantil. A economia passou por ciclos que variavam de acordo com ciclos e rendimentos destas duas atividades. Havia alguma presença da agricultura na produção da época, no entanto, ela era majoritariamente destinada para subsistência. Tendo em vista a dependência econômica

em relação às atividades oriundas do extrativismo, o padrão de distribuição da população adensa-se às margens dos rios e igarapés.

A mão-de-obra das fazendas pecuaristas era formada por negros escravizados e indígenas livres. Nesse sentido, há formação de quilombos oriundos da fuga e resistência ao trabalho escravo, essas comunidades estão presentes até os dias atuais na região. De acordo com Gomes (2005), a população de negros e indígenas na ilha era de 80%.

A partir do histórico apresentado sobre a ilha na qual se localiza o município de Marajó-Açu, podemos observar aproximações com as relações sociais e econômicas na contemporaneidade da região. Veremos, a partir de agora, as características do município, a fim de, posteriormente, vislumbrar a interseccionalidade com o panorama educacional equitativo.

Segundo dados do Censo do IBGE, realizado em 2010, a composição da sociedade no município tem 52,33% de homens, enquanto as mulheres representam 47,67%. Além disso, 81,13% da população se autodeclara negra, entendidas aqui segundo as classificações do IBGE como a soma de pardos e pretos. Sob essa perspectiva, temos a sobre-representação da população negra desde o período colonial.

Conforme o Atlas Brasil, o Índice de Gini<sup>7</sup> de Marajó-Açu é de 0,56. Já os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>8</sup> de Renda, Longevidade e Educação são de 0,54, 0,78 e 0,39, respectivamente. Portanto, observamos que se trata de um município com considerável desigualdade de renda e isso pode implicar na observância de mazelas sociais sofridas pela população. Em consonância, o baixo IDH de

---

<sup>7</sup> Um índice de Gini de 0 representa a equidade perfeita, enquanto um índice de 1 representa a desigualdade perfeita.

<sup>8</sup> O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

Educação nos revela que o município passa por um desafiador cenário educacional.

Observemos então o componente renda da população de Marajó-Açu, além das características de trabalho dessa população. A partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) levantados em 2020, revelou-se que o salário médio dos trabalhadores formais naquele ano era de 2,3 salários-mínimos (IBGE, 2021). Tendo em vista que o salário-mínimo em 2020 era no valor de 1.045 reais, o trabalhador formal na cidade ganhava em torno de 2.403 reais. A mesma pesquisa trouxe que haviam 1.203 pessoas ocupadas em 2020, número que representa 2,9% da população. Além disso, mais da metade da população reside em domicílios com rendimento mensal de menos de até meio salário-mínimo por pessoa.

A localização geográfica do Marajó-Açu dá ao município um perfil econômico muito ligado às atividades do setor primário da economia, com destaque para o extrativismo do açaí, palmito e pesca de camarão e peixe. Também há produção de pecuária bovina. Além disso, há um potencial de desenvolvimento produtivo com boas oportunidades para possíveis investimentos na agroindústria, por exemplo. A partir disso, podemos observar uma especificidade padrão do município: na qual a população residente em zona rural se sobrepõe à população que reside em zona urbana, em divergência com o que se observa no estado do Pará como todo.

As principais atividades econômicas do município são: produção florestal, pesca, atividades imobiliárias, agricultura, pecuária, comércio e manutenção de veículos. Seu Produto Interno Bruto (PIB) no ano de 2020 foi de 322,1 milhões de reais, com PIB per capita sendo de 7,9 mil reais. No setor público, a Prefeitura de Marajó-Açu realiza processos seletivos com algumas vagas para pessoal administrativo, agente comunitário de saúde, professores, motoristas, garis, entre outros.

Em termos de saúde da população, o percentual de cobertura da Atenção Básica<sup>9</sup> à população total do município em 2021 era de pouco mais de 50%, garantindo apenas metade da cobertura total (100%). No mesmo ano, a cobertura vacinal contra poliomielite era de apenas 22,9%, segundo dados do Instituto de Estudos para Políticas da Saúde (IEPS). Mais da metade das crianças nascem sem pré-natal adequado, esta é uma situação alarmante tendo em vista os benefícios da atenção ao pré-natal para mãe e para o bebê; a realização de um pré-natal de qualidade é capaz de mitigar as causas de morbidade e mortalidade materno-infantil, apontaram Tomasi e colegas (2017).

Marajó-Açu tem 2,4% de seus domicílios com saneamento básico adequado, 23.9% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 1.2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (IBGE, 2010). Dessa maneira, o município se encontra na posição 122<sup>o</sup>, dentre os 144 municípios do estado do Pará no que diz respeito ao número de domicílios com saneamento básico adequado. No panorama nacional, a posição do município no ranking em comparação a todas as cidades brasileiras é 5148 de um total de 5570.

## **2. Procedimentos metodológicos**

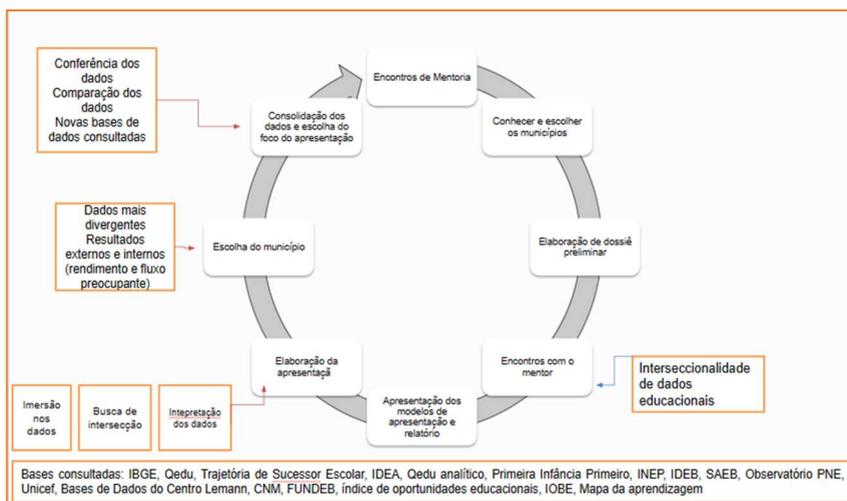
A análise dos indicadores de equidade passou pelo olhar interdisciplinar e multifatorial de dados diversos que caracterizam o município do ponto de vista da demografia, saúde, economia, expectativa de vida, infraestrutura, formação docente, políticas públicas, problemas sociais e indicadores educacionais, realizando uma intersecção entre os marcadores de raça, gênero, classe, território e

---

<sup>9</sup> Trata-se da principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) e do centro de comunicação com toda a Rede de Atenção dos SUS.

deficiência. Para isso, as bases de dados consultadas foram: IBGE, Atlas Brasil, IEPS, QEdu, Trajetória do Sucesso Escolar, QEdu Analítico, Primeira Infância Primeiro, INEP, IDEB, SAEB, Observatório do Plano Nacional de Educação (PNE) e Base de Dados do Centro Lemann, Indicador de Desigualdades e Aprendizagens (IDeA), Centro Lemann, dentre outros dados públicos sobre o município.

**Figura 01:** Percurso Metodológico Utilizado



**Fonte:** Elaboração Própria dos Autores (2023)

A partir da coleta e sistematização desses dados, temos uma visão mais abrangente do município, que vai além dos aspectos educacionais. A partir desse ponto, recolhemos os dados sociais e econômicos que nos permitiu conceber a dimensão dos desafios enfrentados pela microrregião paraense, além das soluções cabíveis para aquele tipo de realidade. É importante se atentar para o fato de que não há um receituário aplicável para todas as situações, sendo muito importante analisar o contexto em que a rede está inserida

mediante um cruzamento desse cenário com o panorama dos indicadores educacionais.

### **3. Panorama dos indicadores educacionais: o que nos dizem as evidências?**

As evidências baseadas em publicações mais recentes de indicadores educacionais apontam que o desempenho das escolas brasileiras é inferior quando comparado à média de outros países, **como mostraram** Neis e Pereira (2015). Nesse contexto, é fundamental reconhecermos que além da secretaria municipal da educação, outros órgãos públicos também devem ser mobilizados para gerar uma atuação eficaz e alcançar aprimoramentos nos indicadores educacionais. Este é um primeiro passo importante para melhorar a governança na gestão da educação, até pelo fato de que a identificação das causas para baixos índices educacionais trata-se de um processo complexo no Brasil, como Soriano e colegas (2021) notaram:

Para proporcionar uma melhoria da qualidade da educação no Brasil é fundamental que se identifique os determinantes do desempenho educacional. Isso porque é possível identificar escolas com características similares, mas com desempenhos consideravelmente distintos no Ideb. Portanto, existe a necessidade de se identificar as causas destas disparidades. Trata-se de uma questão complexa, a qual envolve três pontos: (1) a gestão escolar, nas esferas federal, estadual e municipal; (2) as práticas pedagógicas utilizadas em sala e aula; e (3) o contexto no qual a escola está inserida.

Ciente desses desafios, nossas abordagens serão feitas conforme os dados públicos de pesquisas e evidências coletadas acerca da educação e outros temas sociais correlatos, como raça, cor, renda, deficiência, entre outros. No cenário global e nacional, pesquisas já acumularam evidências que apontam no sentido de que o grau de educação tem relação direta com aspirações profissionais e a renda, como aparece nos trabalhos de Harry e George (2018) e também em Alves, Soares e Xavier (2016). Esta constatação não se limita apenas à renda do indivíduo, uma vez que os retornos educacionais impactam em diversos setores da vida cívica e social, gerando bem-estar coletivo.

Neste sentido, ao pensarmos em desigualdades educacionais por meio desses dados e evidências, tentamos traduzir a indicação de que os possíveis ganhos referidos acima ficam seriamente comprometidos a partir do momento que uma parte considerável dos estudantes não tem garantias de receber uma educação de qualidade. Ou seja, as diferenças nos aproveitamentos de aprendizagem podem levar a futuras desigualdades nas perspectivas desses sujeitos em formação.

Ao escolarizar mal as crianças e jovens menos favorecidos, ao não efetivar uma política mais agressiva de diminuição do analfabetismo, temos colaborado para preservar e até acirrar desigualdades econômicas, sociais e culturais. O déficit educacional é histórico e estrutural por aqui, e continua sendo um dos elementos que mais reproduzem e fazem crescer os gaps sociais no país. (SCHWARCZ, 2019, p. 102).

No Brasil e particularmente em Marajó-Açu, essas desigualdades se manifestam não apenas nas dimensões econômicas, mas também são aprofundadas por marcadores da raça e deficiência dos estudantes.

Dessa forma, veremos a seguir alguns dados sobre as disparidades na rede municipal de Marajó-Açu que orbitam em torno das características desses alunos e ajudam a ilustrar com precisão esse cenário.

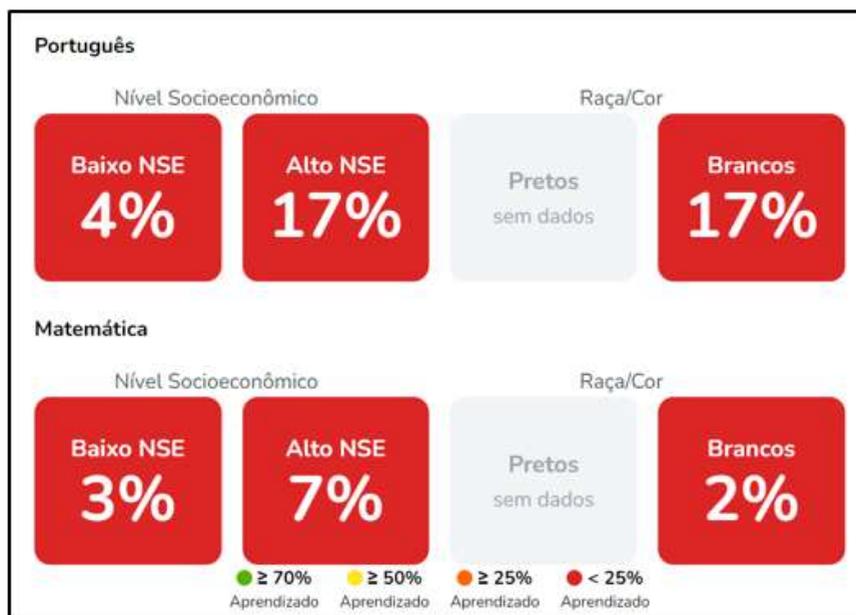
**Figura 02:** Percentual de estudantes com aprendizado adequado nos anos iniciais em 2019<sup>10</sup>



**Fonte:** Saeb, INEP. Elaboração: QEdU.

<sup>10</sup> A cor verde foi ancorada na meta 3 do Todos Pela Educação, ou seja, 70% dos alunos deveriam apresentar aprendizado adequado e a cor amarela mostra que ainda se está um pouco abaixo desse percentual. Já a cor laranja, na indica que é insucesso se menos de 50% dos alunos demonstra aprendizado adequado. Por fim, a cor vermelha ilustra que a grande maioria dos alunos não apresenta um bom nível de aprendizagem.

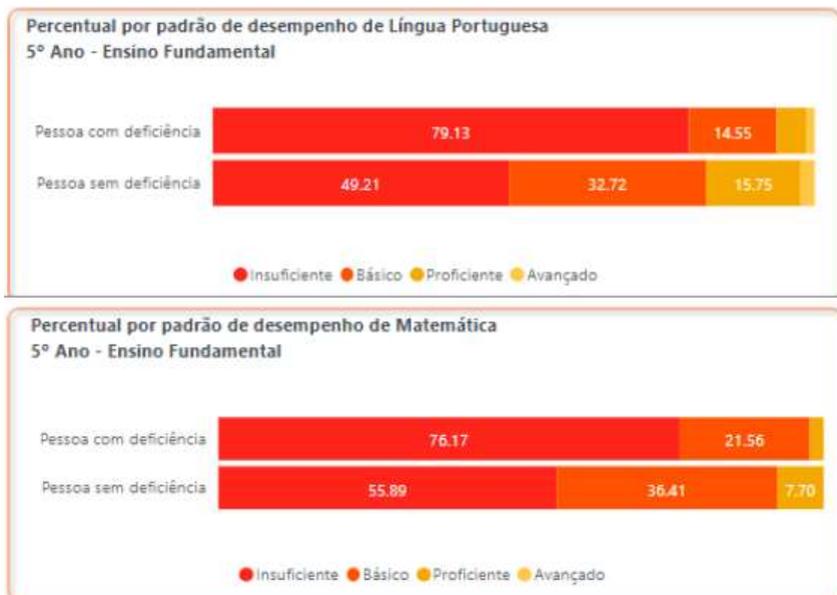
**Figura 03:** Percentual de estudantes com aprendizado adequado nos anos finais em 2019



**Fonte:** Saeb, INEP. Elaboração: QEdu.

Verificamos então que os alunos com baixo Nível Socioeconômico (NSE) são os que menos aprendem Língua Portuguesa e Matemática na Rede Municipal de Marajó-Açu. Outra perspectiva crítica a ser ressaltada é que nenhum aluno preto dos anos iniciais do ensino fundamental teve aprendizado adequado em matemática. A lacuna de aprendizagem no início da vida escolar dessas crianças pode influenciar negativamente no desempenho delas pelo resto da vida acadêmica e para além dela; portanto, essa disparidade de aprendizado entre crianças pretas e brancas pode auxiliar na perpetuação da desigualdade racial já presente no país.

**Figura 04:** Comparativo de desempenho entre alunos com/sem deficiência no 5º ano



Fonte: INEP, 2021.

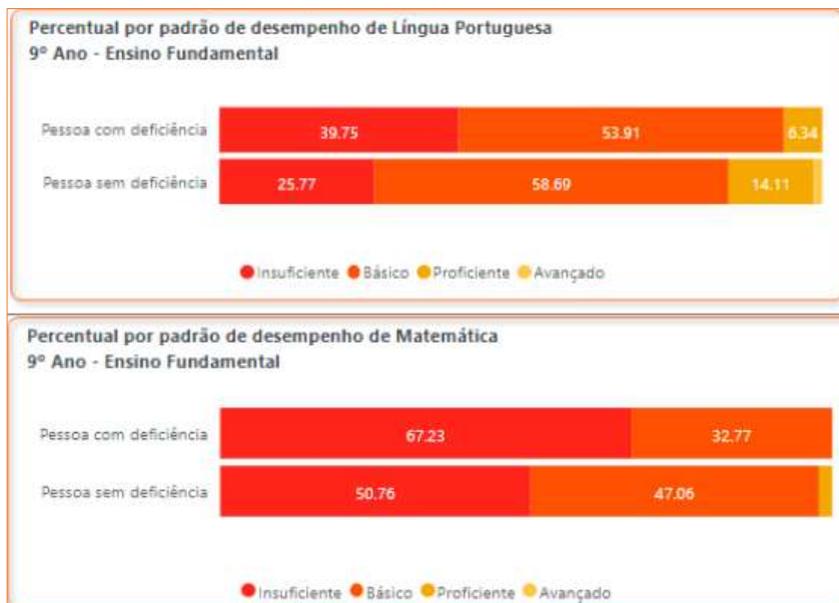
Cabe frisar que o número da amostra de pessoas com deficiência é de 95 crianças, enquanto o número de pessoas sem deficiência é de 823 crianças. Verificamos que o percentual de crianças com deficiência que apresenta desempenho insuficiente em português no 5º ano é de quase 80%, enquanto o de crianças sem deficiência cai para 49,2%.

Consequentemente, poucas crianças com deficiência estão em níveis proficiente ou avançado em português no 5º ano, com 14,5% deles no nível básico de desempenho. Quando analisamos o desempenho dos alunos na disciplina de Matemática, verificamos mais crianças com deficiência no nível básico de desempenho, com 21,6%.

No entanto, o nível de desempenho insuficiente ainda desperta mais a atenção, concentrando a maioria (76%) dessas crianças. Neste

nível também está a maioria de alunos sem deficiência, porém com 55,9% e o restante nos níveis básico e proficiente. Nota-se que praticamente nenhuma criança se encontra no nível avançado de desempenho em Matemática no 5º ano, incluindo as deficientes e não.

**Figura 05:** Comparativo de desempenho entre alunos com/sem deficiência no 9º ano



Fonte: INEP, 2021.

Para o desempenho de alunos em português no 9º ano do ensino fundamental, a situação se mostra minimamente mais positiva se comparado ao 5º ano. Vemos que mais crianças com deficiência ficaram, pelo menos, no nível básico. No entanto, o cenário continua longe do ideal, com apenas 6,34% das crianças com deficiência no nível proficiente e nenhuma no nível avançado. O desempenho em Matemática dos alunos com deficiência se mostra insuficiente para 67%

deles, os outros 32,8% estão no nível básico. Mais uma vez, o desafio da aprendizagem em Matemática se mostra presente na rede municipal.

Por isso é urgente que os espaços educativos em seus níveis de gestão e ensino se atentem para a emergência de se inteirarem dessas evidências e, a partir disso, busquem possibilidades de atuar pela sua urgente diminuição e posterior erradicação. É neste cenário desafiador, mas também promissor – pelas transformações e mudanças possíveis – que esta parte do diagnóstico irá focar.

Outro elemento importante diz respeito à infraestrutura e gestão ou governança. A partir dos dados analisados, é possível observar que muitas boas práticas são realizadas pelo município; por exemplo, promoção da existência de conselhos de alimentação escolar, os de controle e acompanhamento social do FUNDEB e os de educação. Além de fomentar o Plano de Carreira para o Magistério, delimitar a jornada de trabalho dos professores em 40 horas semanais e garanti-los no mínimo o piso salarial.

**Figura 06:** Características da gestão municipal em 2021.

Concurso Público (para carreira de diretor escolar constituída por cargo público específico de diretor escolar)	✗
Existe Conselho de alimentação escolar	✓
Existe Conselho de controle e acompanhamento social do FUNDEB	✓
Existe Conselho de Educação	✓
Existe Conselho de transporte escolar	✗
Existe Plano de Carreira para o Magistério	✓
Existe Plano Municipal de Educação	✓
Há no município mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches	✗
Lei do Plano de Carreira prevê expressamente o limite de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos	✓
Livre nomeação (para cargo ou função comissionada)	✓
Realiza levantamento de demanda da população de 4 e 5 anos	✓
Realiza levantamento de demanda da população de 6 a 14 anos	✓
Realiza levantamento de demanda por EJA Ensino Fundamental	✗
Todos(as) os(as) professores(as) com jornada de trabalho de 40 horas semanais, possuem o vencimento básico inicial igual ou superior a R\$ 2.886,24 mensais	✓

**Fonte:** Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Elab: Painel de Indicadores – Centro Lemann.

A realização do levantamento de demanda da população de 4 e 5 anos e de 6 a 14 anos é outro engajamento muito positivo tomado pelo município que merece destaque. Ao efetuar essa apuração, o município fica ciente das vagas que deve oferecer em suas escolas, quantas turmas formar e de que maneira irá alocar seus professores. Tendo, portanto, ciência dos benefícios de se levantar a demanda de crianças pelo ensino fundamental, é interessante que o município também levante estimativas sobre a demanda por EJA-Ensino Fundamental, visando atender aqueles que não tiveram a possibilidade de alocar 15 anos completos aos estudos durante a infância/adolescência, seja por quais motivos quais forem, fato que não constitui objeto de análise neste artigo.

**Figura 07:** Critérios utilizados para o plano de carreira do magistério em 2021

Avaliação de desempenho	✗
Desempenho dos alunos em avaliação externa	✗
Desempenho em prova de conhecimentos na área curricular de atuação docente e de conhecimentos pedagógicos	✗
Incorporação permanente de remuneração por ocupação de cargo em comissão	✗
Outros	✗
Qualificação ou titulação	✓
Tempo de efetivo exercício no cargo	✓

**Fonte:** Pesquisa de Informações Básica Municipais. Elab: Painel de Indicadores – Centro Lemann

No âmbito dos critérios utilizados para o plano de carreira do magistério, observamos duas práticas realizadas pela gestão municipal, quais sejam: a qualificação ou titulação do professor, além do tempo de efetivo exercício no cargo, fatores esses que podem ser úteis quando pensamos na motivação do profissional. Entretanto, muito se pode fazer ainda pela classe docente, como, por exemplo, a incorporação permanente de remuneração por ocupação de cargo em comissão. Além disso, a avaliação do desempenho dos docentes pode ser interessante para identificar os pontos fortes daquele profissional, assim como aspectos passíveis de aprimoramento, e, assim, trabalhar nos pontos de forma direcionada. A avaliação externa dos alunos também vai ao encontro desse preceito, pois permite imparcialidade no monitoramento de resultados dos alunos, trazendo maior confiabilidade e precisão aos dados.

### 3.1. Desigualdades educacionais e equidade: o efeito da interseccionalidade entre marcadores socioeconômicos e desigualdades educacionais

A equidade na educação busca garantir que todos os indivíduos tenham oportunidades justas e iguais de receberem uma educação de qualidade, independentemente de suas origens, características pessoais ou circunstâncias socioeconômicas. De acordo com Freitas (2014, p. 101, apud Garcia; Michels, 2021, p. 9), “equidade diz respeito à igualdade, mas não é a igualdade em si. É a garantia de acesso [proporcional] a um direito que deve ser para todos, mediado pela justiça social”.

Sob esta perspectiva, a educação deve ser observada como um instrumento capaz de diminuir as injustiças e disparidades resultantes do contexto econômico e social desigual em que se encontram diferentes segmentos sociais. O esforço deve ser focado para criar um mundo onde todas as pessoas tenham igualdade de oportunidades de aprendizado e possam realizar seu máximo potencial. Cabe mencionar Sen (2001, p. 29), ao enfatizar que “as exigências de igualdade substantiva podem ser especialmente rigorosas e complexas quando existe uma boa dose anterior de desigualdade a ser enfrentada”; posto de outra forma, ele alerta que um tratamento igualitário – perante cenários com longo histórico de desigualdade – pode acabar se tornando, na verdade, não igualitário, enquanto se desconsidera o *gap* preexistente.

A partir do que fora levantado no presente artigo e dos resultados observados acerca da aprendizagem dos alunos de baixo nível socioeconômico (tercil 1) e dos alunos pretos – vide Figuras 1 e 2 – percebemos que a defasagem vista em relação a alunos brancos e de alto NSE, se deve ao fato de serem grupos de alunos que historicamente têm menos oportunidades educacionais dentro e fora da escola. Já que

o histórico colonial e escravagista deixa suas cicatrizes na sociedade brasileira hodierna, nesse sentido, inúmeras desigualdades se perpetuam de forma persistente no Brasil.

Verificamos que os alunos com baixo Nível Socioeconômico (NSE) são os que menos aprendem Língua Portuguesa e Matemática na Rede Municipal Marajó-Açu. No entanto, se avaliássemos apenas pela ótica da renda, deixaríamos de observar as desigualdades entre raças. Cabe ressaltar que a população de Marajó-Açu é predominantemente negra, e, ainda assim, a proporção de crianças brancas com aprendizagem adequada é maior nos anos iniciais do ensino fundamental (Figura 1).

Outra perspectiva importante é observarmos a desigualdade racial no âmbito educacional entre pessoas de mesmo nível socioeconômico. Pesquisas revelaram duas tendências principais: (1) pretos e pardos obtêm níveis inferiores de escolaridade quando comparado a brancos com a mesma origem social e (2) os retornos à escolaridade adquirida, em termos de renda e ocupação, tendem a ser proporcionalmente maiores para brancos em detrimento de pretos e pardos (Hasenbalg e Silva, 1988 apud Hasenbalg e Silva, p. 6, 1990). Ou seja, ainda que pessoas de cor diferente tenham igualdade econômica, há a existência de diferença racial nas oportunidades de ensino.

Com base em outras pesquisas, Gesser, Block e Mello (2020) argumentam que o capacitismo<sup>11</sup> é interseccionado com o sexismo e o racismo, ao passo que populações inteiras são subjugadas por não performarem de acordo com expectativas para corpos normativamente aceitos.

Partimos do pressuposto de que o capacitismo é estrutural e estruturante, ou seja, ele condiciona, atravessa e constitui sujeitos, organizações e instituições,

---

<sup>11</sup> O termo descreve a discriminação de pessoas por motivo de deficiência, as colocando em condição de menos aptidão em relação as demais.

produzindo formas de se relacionar baseadas em um ideal de sujeito que é performativamente produzido pela reiteração compulsória de capacidades normativas que consideram corpos de mulheres, pessoas negras, indígenas, idosas, LGBTI e com deficiência como ontológica e materialmente deficientes. (GESSER; BLOCK; MELLO, p. 18, 2020)

Ao garantir a equidade no aprendizado de crianças com deficiência, estamos contribuindo para seu desenvolvimento global e para a construção de sua autonomia e autoconfiança, ou seja, a educação pode desempenhar um papel emancipatório para esse grupo. Além disso, ao proporcionar uma educação equitativa, estamos promovendo a inclusão social das crianças com deficiência, permitindo que elas sejam membros plenos e valorizados da comunidade. Isso contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, que respeita e valoriza a diversidade.

Lima (2021) alerta para o senso comum da idealização do corpo humano como aquele com a ausência de deficiência e como isso pode gerar entraves para a vida das pessoas com deficiência.

Um dos exemplos mais básicos em que se pode pensar é o dos desenhos arquitetônicos que ignoram que nem todas as pessoas podem subir escadas ou abrir certos tipos de porta. É possível, no entanto, conceber um mundo em que todas as mudanças de nível em construções humanas fossem acessadas por rampas ou elevadores, uma vez que elas podem ser usadas por muitas mais pessoas. É a estruturação capacitista que nos leva a não produzir o mundo desse modo. (LIMA, p. 12, 2021)

Nesse sentido, a acessibilidade nas escolas garante que todos os alunos possam participar plenamente da vida escolar, independentemente de suas capacidades físicas, sensoriais ou cognitivas. Isso inclui garantir a acessibilidade para alunos com deficiência, fornecendo rampas, corrimãos, elevadores, banheiros adaptados, sinalização adequada, materiais de leitura em formatos acessíveis, tecnologia assistiva, entre outros recursos.

Ademais, a acessibilidade não beneficia apenas os alunos com deficiência, mas também melhora o ambiente de aprendizado para os demais alunos. Por exemplo, recursos audiovisuais adequados podem beneficiar alunos com deficiência auditiva, mas também podem ajudar alunos com estilo de aprendizado preferencialmente visual. Dessa maneira, destacamos que a demanda por educação necessita ser entendida como validação da coletividade e objeção dos princípios da segregação, e não enxergada como uma necessidade individual de recuperação de pessoas com corpos classificados como “anormais” (LIMA, 2021).

## **Considerações finais**

Mediante exposições feitas até aqui, é relevante relembrar que a rede municipal da educação em Marajó-Açu conta atualmente com 38 escolas da rede pública de ensino segundo dados do censo escolar de 2022, dentre elas uma escola estadual, seis delas localizadas na área urbana e 32 em regiões rurais – eis aqui a apresentação da proporção dos desafios.

Perante este quadro, o cenário de Marajó-Açu apresenta três dimensões essenciais que valem a pena ressaltar. A primeira delas diz respeito ao processo de contratação e promoção, onde se nota a ausência de concurso público para cargos de direção nas escolas e também não são consideradas as avaliações de desempenho para estabelecimento dos planos de carreira do magistério. A segunda dimensão tem relação com bons mecanismos de controle de fundos, programas alimentares, acompanhamento do setor educativo e

levantamentos de demandas junto da população em idade escolar. Já o terceiro aspecto que chama atenção é concernente a jornada de trabalho e reajustes salariais conforme o piso salarial, à atenção dada pela titulação ou qualificação dos docentes e o tempo efetivo no exercício das funções.

As medidas de combate à discriminação racial e religiosa e a promoção de projetos voltados para educação do campo são pontos positivos a se tomar em consideração. Contudo, também existem desafios neste campo, nomeadamente na necessidade de adoção de projetos para combate à discriminação homofóbica e educação de comunidades quilombolas, tradicionais e indígenas, nesse último ponto atendendo especificamente às leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que tratam do ensino da cultura e história afro-brasileira e indígena, respetivamente. Embora esse público não tenha demarcação legal reconhecida no município, ainda assim crianças, jovens e adolescentes precisam estar cientes do crescente movimento de diversificação presente em sociedades contemporâneas, até pelo fato das duas leis serem de implementação obrigatória na escala nacional.

No âmbito da logística e infraestrutura, a implementação de um Conselho de Transportes seria fundamental para mitigar as adversidades enfrentadas por alunos e professores para a chegada e saída das escolas, principalmente por conta dos desafios de mobilidade enfrentados por um município ribeirinho com considerável parte do seu transporte garantido por meios marítimos, passível de mudanças e precariedades drásticas a depender da estação do ano. Neste sentido, o Conselho de Transporte poderia atuar visando tornar a mobilidade das crianças e professores até a escola menos caótica ao fiscalizar e controlar a aplicação dos programas municipais de transporte escolar, elaborar regulamentos próprios que visem atender esta demanda do aluno à rede de ensino municipal e fixar critérios para estabelecer roteiros, itinerários e horários de circulação do transporte escolar.

Em síntese, o diagnóstico realizado neste artigo tem o intuito de apontar soluções e melhorias para que esta rede municipal da educação paraense contribua positivamente para a vida de milhares de estudantes, ampliando as capacidades desses jovens e crianças para

terem completude em suas escolhas de formação. Ao suscitar um conjunto de oportunidades para esses alunos, expande-se o leque de ambições e de possibilidades na vida dessas crianças que poderão sonhar com um futuro mais justo e confortável. Por isso, promover a equidade na educação é uma forma de combater a desigualdade social e garantir que cada pessoa tenha a oportunidade de desenvolver seu máximo potencial para melhorar sua vida e – com efeito – a da sua família.

Além disso, a educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, ao fornecer oportunidades iguais de educação, estamos capacitando as pessoas a adquirirem conhecimentos, habilidades e competências necessárias para atingir suas aspirações, contribuir para suas comunidades e participarem ativamente da sociedade enquanto cidadãos.

Neste sentido, a educação vai muito além da geração de ganhos econômicos e realização material; quando planejada com equidade ela contribui para a construção de sociedades mais coesas e inclusivas. Ao oferecer a todos os indivíduos uma educação de qualidade, independentemente de suas origens, estamos promovendo a igualdade de oportunidades e combatendo a discriminação e o preconceito. Isso fortalece os laços sociais e cria uma base mais justa e harmoniosa para a convivência em comunidade.

Por fim, cabe salientar a relevante contribuição que podem vir de dados públicos com capacidade de auxiliar na elaboração de políticas públicas educacionais informadas por evidência e pesquisa; sendo que esse movimento também tem seu lado pedagógico ao criar uma cultura de tomada de decisões com base em fundamentos factuais dentre os atores dessas políticas e demais tomadores de decisões. De saída, deixamos aqui horizontes para próximas pesquisas pautarem os desafios e potencialidades de atuação em rede para fomentar a partilha de boas práticas e medir até que ponto as redes educacionais do Brasil têm usado as sínteses de evidências em suas decisões.

## Referências

ALVES, M.T.G., SOARES, J.F., XAVIER, F.P. Desigualdades educacionais no ensino fundamental de 2005 a 2013: hiato entre grupos sociais. **Revista Brasileira de Sociologia**. Vol. 4, no. 7, p. 50-81, Jan/Jun, 2016.

ATLAS Socioeconômico. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e IDH-Municipal**. Disponível em: <https://bit.ly/43uWEtM>. Acesso em: 17 abr, 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 5 out. 1988.

CENTRO Lemann. **Painel Equidade na Educação: Relatório Marajó-Açu, PA**. 2º Encontro de prefeitos/as pela equidade na educação, edição 2023.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. Educação e Inclusão: equidade e aprendizagem como estratégias do capital. **Educação & Realidade**, vol. 46, no.3, 2021, p. 1-21.

GESSER, Marivete; BLOCK, Pamela; MELLO, Anahi Guedes. Estudos da Deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e mancipação social. In: GESSER, M.; BOCK, L.K.; LOPES, P.H. (org). **Estudos da Deficiência anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

GOVERNO do Pará. **Relatório PIB Municipal do Marajó-Açu**, 2020. Acesso em: 15 abr. 2023.

GRUPO Executivo Interministerial do Pará. **Plano de desenvolvimento territorial sustentável do Arquipélago do Marajó**. 2007.

HARRY, A. PATRINOS; GEORGE, PSACHAROPOULOS. Strong link between education and earnings. **Proceedings do Banco Mundial**, dezembro de 2018.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 73, p. 5-12, maio, 1990.

IBGE Cidades. **Marajó-Açu, Pará**. Acesso em: 15 abr. 2023.

IBGE – PNAD. Panorama Municipal do Marajó-Açu, Pará, rodada 2020. Disponível em: <https://bit.ly/48b1u1u>. Acesso em: 17 de. 2023.

IEPS. **Visão panorâmica da saúde em Marajó-Açu**. Biblioteca do IBGE. Acesso em: 15 abr. 2023.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ministério da Educação (MEC). **Painel Educacional Municipal, SAEB, 2021**. Disponível em: <https://bit.ly/41rjiTj>. Acesso em: 17 ago. 2023

LIMA, André Luis de Souza. Capacitismo e eugenia na educação brasileira: uma reflexão a partir de aproximações epistemológicas. **Revista PHILIA: Filosofia, Literatura & Arte**, vol. 3, nº 1, maio de 2021.

Ministério da Educação. **Estados e Cidades**. Disponível em: [https://simec.mec.gov.br/pde/grafico\\_pne.php](https://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php). Acesso em: 18 mai. 2023.

NEIS, Dyogo; PEREIRA, Maurício Fernandes. A utilização do estudo de caso em pesquisas sobre gestão escolar. **Revista Gestão Universitária na América Latina**, v. 8, n. 2, p. 177-198, 2015.

PAINEL de Indicadores - Centro Lemann. **Dados do Marajó-Açu**. Acesso em 18 de mai. De 2023.

PAINEL de Indicadores Educacionais. **Trajetória Escolar no Marajó-Açu**. Acesso em: 18 mai. 2023.

PNE em Movimento. Disponível em: [https://simec.mec.gov.br/pde/grafico\\_pne.php](https://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php). Acesso em: 17 abr. 2023.

PREFEITURA Municipal. **Avaliação Educacional sobre o Município de Marajó-Açu**. Publicação oficial, v.27 p.754-780, 2016.

PRIMEIRA Infância Primeiro. **Painel de dados sobre Marajó-Açu**. Acesso em: 17 abr. 2023.

QEdU. **Visão geral sobre município de Marajó-Açu**. Acesso em: 12 abr. 2023.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. Companhia das Letras, 2019.

SORIANO, Felipe Furlan. Melhores práticas e performance de escolas municipais do ensino fundamental no Ceará: Análise da eficiência na gestão escolar. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, vol. 29, no. 47, p. 1-29, 2021.

TOMASI, E. et al. Qualidade da atenção pré-natal na rede básica de saúde do Brasil: indicadores e desigualdades sociais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 3, p. 2-11, 2017.

## NOTAS DE AUTORIA

**José Júlio César do Nascimento Araújo** é Doutor em Educação pela Universidade Federal do Amazonas. Atualmente é Professor do Instituto Federal do Acre.

Contato: [jose.araujo@ifac.edu.br](mailto:jose.araujo@ifac.edu.br)

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6371909502807124>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1045-3284>

**Mamadú Cissé** é Mestrando em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Contato: [maci-demog-cedeplar@ufmg.br](mailto:maci-demog-cedeplar@ufmg.br)

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6618418100233399>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9194-2276>

**Poliana da Silva David** é Graduada em Economia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Contato: [davidpoliana@ufrj.br](mailto:davidpoliana@ufrj.br)

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0771159196804693>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0015-9112>

## Como citar esse artigo de acordo com as normas da ABNT

ARAUJO, José Júlio C. Nascimento; CISSÉ, Mamadú; DAVID, Poliana da Silva. Desafios Educacionais de uma Rede Pública Municipal no Pará: uma Análise Interseccional a Partir de Dados Públicos em Marajó-Açu. [Sobre Tudo](#), v. 14, n. 2, p. 78-106, 2023.

### **Financiamento**

Os autores receberam bolsa de pesquisa do programa de Pesquisadores em Início de Carreira no Centro Lemann.

### **Consentimento de uso de imagem**

Não se aplica.

### **Aprovação de comitê de ética em pesquisa**

Não se aplica.

### **Licença de uso**

Os/as autores/as cedem à Revista Sobre Tudo os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

### **Publisher**

Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação. Colégio de Aplicação. Publicação na página da [Revista Sobre Tudo](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus/suas autores/as, não representando, necessariamente, a opinião dos/as editores/as ou da universidade.

### **Histórico**

Recebido em: 15/10/2023

Aprovado em: 14/12/2023

Publicado em: 21/12/2023